

## LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO E SUAS VERTENTES

Iran Ferreira de Melo<sup>1</sup>  
Gustavo José Barbosa Paraíso<sup>2</sup>

### RESUMO

A linguagem inclusiva de gênero é uma série de recursos que visa à representação de gênero além do masculino e do feminino. No Brasil, vem emergindo diferentes usos dessa linguagem. Em diferentes locais, a resistência de grupos conservadores e contrários ao reconhecimento de diferentes possibilidades de gênero têm se oposto a esse fenômeno, o que vem gerando disputa em torno da liberdade em usar a língua. Os argumentos das posições contrárias são, em geral, sobre os novos agenciamentos que falantes fazem nas normas de registro linguístico que indiciam marcas de gênero no português. Sob esse cenário de tensão política em torno da língua e do que podemos fazer com ela, esta comunicação objetiva [1] tratar de estudos acerca de expressões diferentes da linguagem inclusiva de gênero em língua portuguesa, [2] apresentar uma visão panorâmica sobre mulheridades e não binariedade de gênero, suas bases culturais e ideológicas, sua história, seus mecanismos de realização e [3] promover uma discussão sobre as repercussões desse modo linguístico na sociedade brasileira, compreendendo tal feito como um exercício de queerificação da linguagem e um projeto político de valorização de corpos precários historicamente alijados no Brasil. O aparato praxeológico que articulamos advém dos Estudos Queer e da Linguística Queer e se justifica por se tratar de um material formativo de potencialização da reflexão-ação para políticas de vida às nossas corpos resistentes em um país, como afirma Moira (2021), ‘necapolítico’ como o nosso. A proposta consiste em, à luz de perspectivas queer sobre os estudos da linguagem e de categorias usadas por diferentes referências da Teoria Queer (a exemplo de Judith Butler, Dodi Leal, Paco Vidarte, Jota Mombaça, Linn da Quebrada, entre outras), exercitar uma rede de investigação sobre o cis-heteropatriarcado no português do Brasil.

**Palavras-chave:** Linguagem Inclusiva de Gênero, Gênero, Duonormatividade, Língua Portuguesa.

### INTRODUÇÃO

Chamamos de Linguagem Inclusiva de Gênero (LIG) o conjunto de mecanismos de linguagem que constrói sentidos de gênero além das dominações masculinista e binária. Também chamada de Linguagem Altruísta de Gênero por áreas como Direito e Educação; de Linguagem Disruptiva de Gênero, pelos estudos queer/cuir, a LIG tem dois princípios básicos, descritos a seguir. A LIG é um modo de disrupção da linguagem padrão, com o objetivo de incluir e problematizar convenções, normas e violências de gênero.

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística (USP). Professor de Linguística Queer e Análise Crítica do Discurso (UFRPE/UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Progel-UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFPE). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC-USP). E-mail: iranmelo@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduado em Comunicação Social, pela UFPB. Graduando em Letras- Português e Espanhol pela UFRPE. Integrante do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer/UFRPE). Pesquisador em Linguística pelo CNPq. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq. E-mail: guga.paraíso@gmail.com. Este estudo se deve graças ao PIBIC, então, em nosso nome, agradecemos ao CNPq.

- A negação do masculino e do homem como performances universais de gênero, revendo o masculino gramatical para designar pessoas como forma não marcada e construção histórica forjada por uma cultura masculinista (substituindo algo como “homem” por “ser humano” / “todos” por “todas as pessoas” (hooks, 2017; Kilomba, 2019).
- Bem como a negação da binariedade como performance universal de gênero para designar pessoas, também revendo a binariedade semiótica (na língua e em outros sistemas linguísticos) como algo que reflete e refrata nossa história heteronormativa (Warner, 1991; Rubin, 2019; Rich, 1980) e duonormativa (Melo, in mimeo).

Além disso, LIG tem alguns fundamentos, como os seguintes.

- A binariedade de gênero (espectros masculino e feminino) é efeito de ideologias coloniais que dividem o mundo em dicotomias decorrentes do ideário platonista greco-romano de realidade, que, por sua vez, fazem um traçado ocidental de mundo por meio de oposições, como bem e mal, certo e errado e sagrado e profano (Vieira, 2020; Anzaldúa, 2009).
- A ideologia colonial elege o homem branco e cisgênero como sujeito histórico e, por isso, não é por acaso que teimamos em usar o masculino gramatical como forma universal em povos como o nosso, constituído por legados masculinistas.
- Como norma, gênero é parte de uma matriz que o correlaciona ao corpo físico exclusivamente do homem e da mulher, por isso gênero é percebido como duonormativo (binário).
- A disrupção de gênero, portanto, é parte da negação dessa matriz e, como o gênero, a disrupção de gênero acontece na linguagem.
- A língua realiza disrupção de gênero e o português é uma língua que marca gênero, sendo a marcação de gênero no português um mecanismo que ocorre por meio de nomes e morfemas.
- Existe uma classificação nas línguas que é a de gênero gramatical. Ela serve, dentre outras coisas, para designar o gênero das pessoas. Aprendemos que a forma mais conhecida dessa relação é o uso das desinências “-o” e “-a”, respectivamente para homens e mulheres.
- Algumas formas, em determinadas línguas, são consideradas neutras, porque não preenchem as marcas binárias e geralmente não correspondem a formas tradicionais assim designadas.
- A marcação de gênero no português é duonormativa (só permite masculino e feminino) e masculinista (generaliza no masculino). Ela ocorre por meio do léxico (por exemplo, na díade de palavras “homem” e “mulher”), da desinência de gênero numa palavra (pela distinção, por exemplo, de “menina” e “menino”), pela sintaxe (como na concordância do artigo, como em “o estudante” ou “a estudante”) e no processo de referência textual (por exemplo, ao se dizer “a criança”, pode-se correferir por palavras genereficadas gramaticalmente, como “ele”).

- Algumas formas, em determinadas línguas, são consideradas neutras, porque não preenchem as marcas binárias e geralmente não correspondem a formas tradicionais assim designadas.
- A disrupção de gênero no português também pode ser binária e não binária.

Na língua portuguesa, como em muitos idiomas indoeuropeus, o gênero serve para associar nomes ao corpo de seres vivos, mas somente 13% das palavras em português têm essa função. Para o restante, o gênero funciona apenas na concordância da sentença. Além disso, é importante ressaltar que nem todas as línguas são como a nossa. O guarani – língua do povo tupi-guarani, residente no Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai – não distingue gênero gramatical em substantivos e pronomes. O macuxi, língua de um povo indígena residente no Monte Roraima, e o Hixkaryana, língua de outro povo também indígena, morador no Amazonas e no Pará, têm gênero gramatical relacionado a categorias semânticas animado e inanimado ou humano e não humano.

Isso torna a questão da LIG um debate complexo, mas não desimportante. Pelo contrário, desenvolver uma sensibilidade para perceber a política linguística que há na formação das identidades de gênero pelas escolhas que fazemos do que a nossa língua dispõe é urgente num país como o nosso, tão marcado por violências motivadas pelo ódio à diferença de gênero. Mas, para aprofundar o debate, vamos elucidar algumas nuances sobre a compreensão do que seria gênero.

Há dois tipos de LIG.

1. Linguagem Inclusiva de Gênero Binária (LB) - usa formas gramaticais femininas ao lado de formas masculinas consideradas universais, para dar representatividade à mulher.
2. Linguagem Inclusiva de Gênero Não-Binária (LNB) - usa formas gramaticais femininas ou neutras para representar pessoas não binárias de gênero ou grupos de pessoas de diferentes gêneros.

Vou apresentar, neste artigo, a catalogação que fiz da LB.

## **LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO BINÁRIA**

A LB se divide em dois subtipos.

1. A **Linguagem Inclusiva de Gênero Binária Convencional** (LB Convencional) - não rompe com norma culta da língua.
2. A **Linguística Inclusiva de Gênero Binária Não Convencional** (LB Não Convencional) - rompe com a norma culta da língua.

A origem da LB, no Brasil, foi nos anos 1980 pelo feminismo de mulheres cisgênero para depor contra o masculinismo na linguagem. A disrupção dela pode ser por **Substituição** ou **Acréscimo**.

Os mecanismos da LB Convencional são os seguintes:

1. **Diáde Lexical** – quando duas palavras de gênero gramatical diferentes são usadas uma ao lado da outra. Sua disrupção ocorre por Acréscimo.

Exemplos: Bom dia a *todos* e *todas*

Bom dia a *todas* e *todos*

A Díade acontece desde os anos 1980. Em 1986, o presidente José Sarney já usava o bordão “brasileiros e brasileiras” para falar com as pessoas.<sup>3</sup> Com o passar dos anos, ele mudou para “brasileiras e brasileiros” (com o feminino antes do masculino).<sup>4</sup> Em 1990, no SBT, surgiu uma novela chamada exatamente *Brasileiras e Brasileiros*. Coloco o logotipo dela a seguir.

**Figura 1. Logotipo da novela *Brasileiras e Brasileiros* – Exemplo de Díade Lexical**



Nas línguas ocidentais, tudo que está em cima, na frente, no começo e no centro possui lugar de tópico, porque é o de primeira visibilidade. A primeira visibilidade, em nossa cultura, representa liderança. A ordem da díade pode ser formada, primeiramente, pela palavra no masculino e depois pela do feminino ou vice-versa. Pelo fato de o masculino gramatical na língua portuguesa ser considerado uma “forma não marcada” porque representa uma maneira de representação universal e, portanto, tem mais poder, é **Tópico Disruptivo** (subversivo) da Díade quando o feminino está no começo da ordem.

<sup>3</sup> Neste vídeo, temos um exemplo do bordão “brasileiros e brasileiras” por José Sarney em 1986: <https://acesse.dev/diade-sarney-1986>.

<sup>4</sup> Aqui vemos a mudança de Sarney para “brasileiras e brasileiros”, em 1987: <https://acesse.dev/diade-disruptiva-sarney>.

Algumas professoras de língua portuguesa contra a LIG dizem ser que mecanismos como a Díade é redundante.<sup>5</sup> O masculino como universal vem do latim, mas surge de lá porque as culturas que formaram o português são machistas. *Muitas pessoas usam a Díade Lexical Disruptiva para dar visibilidade à mulher. Por isso, não tem nada de redundante!*

### Onde a Díade aparece?

Ela tem sido comum, mas a **Educação**, os **Movimentos Sociais** e os **Direitos Humanos** que mais adotam.

### Como usar a Díade?

Por exemplo, num título de notícia como “*Professores e professoras* protestam contra condições precárias de escolas”, ao longo do texto, substituímos “professores e professoras”:

- Mantendo a díade - “eles e elas”;
- Por **Torneio Linguístico**, que substitui por palavras que unem masculino e feminino - “o movimento de docentes”;
- Por **Neopronomes**, que também representam união de gêneros - “iles”

Nesses dois últimos casos, transformamos a LB em LNB porque passamos a não definir masculino e feminino.

- Tem pessoas que preferem fazer **Uso Pontual** no texto – usando apenas em um momento e depois utilizando o masculino genérico. O Uso Pontual pode ser **Local** ou **Global**.

Local, quando acontece nas sentenças, como em “*Professores e Professoras* protestam contra condições precárias de escolas e são agredidos pela polícia”.<sup>6</sup> Global, quando acontece no texto, como em vocativos, fechos e cumprimentos.

**2. Visibilidade da Mulher** – quando usamos palavras que existem no feminino gramatical, mas não são muito conhecidas, ou quando criamos novas palavras. Sua disrupção acontece por Substituição.

Exemplos: *Presidenta*

*Bacharela*

*Mestra*

Algumas mulheres notáveis, como Dilma Rousseff, Cristina Kirchner e Pilar del Río pediram para serem chamadas de presidenta.

<sup>5</sup> Veja aqui um exemplo de professora que afirma que a Díade é redundante: <https://11nq.com/cintiachagas-redundancia>.

<sup>6</sup> O Uso Pontual Local se assemelha ao uso pontual da marca de número que fazemos, por exemplo, em “Os primeiro aluno matriculado”, que acontece no artigo. Ainda não cataloguei a posição do Uso Pontual Local.

### **Onde a Visibilidade aparece?**

Ela é comum na Academia, nos Movimentos Sociais e na política.

### **Como usar a Visibilidade?**

Por exemplo, numa ata de defesa de dissertação de mestrado com “Conferimos o título de *mestra* a Maria José”, ao longo do texto, podemos substituir “mestra” por outras gramaticalmente femininas.

Se você não usar uma palavra reconhecida oficialmente para dar visibilidade, seu direito de criar (fazer um **neologismo**) é legítimo. No entanto, informe a criação em nota de rodapé ou explique no texto, mas, ao mesmo tempo, não subestime a capacidade que as pessoas têm de entender o seu neologismo.

Os mecanismos da LB Não Convencional são os seguintes:

1. **Morfema<sup>7</sup> @** - modo para marcar representação para homem e mulher porque parece um “o” englobando um “a”. É Não Convencional porque não é alfabético e não produz pronúncia na norma culta. Esse mecanismo é exclusivo da escrita. Sua disrupção funciona por Substituição.

Exemplo: *Menin@*

Esse mecanismo serve para substituir as vogais “o” e “a” no fim das palavras. É uma Disrupção de Troca. Elas são estereótipos gramaticais de gênero na língua portuguesa (formas típicas), embora ocorram em apenas 6,5% das palavras que representam de gênero humano.

Esse mecanismo como LB está em desuso porque não produz pronúncia padrão e porque as mulheres feministas entendem que a ideia de uma vogal masculina englobar uma vogal feminina pode representar dominação.

### **Como usar o Morfema @?**

Por exemplo, num e-mail, o vocativo “Prezad@ alun@” pode seguir textualmente com o “@”, como em “primeir@ alun@ matriculad@”. Contudo, essa forma causa muito estranhamento e dificuldade para leitura. As pessoas preferem fazer Uso Pontual dele.

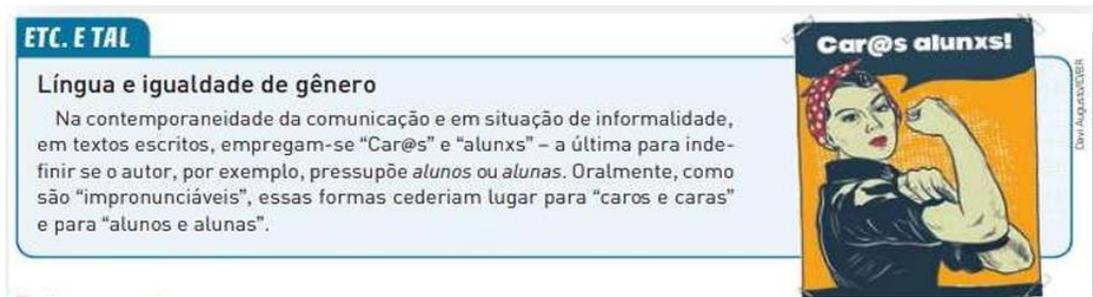
A distinção entre esse morfema não alfabético e outros que também são mecanismos (como o “x”) de LIG está no fato de este ser o único de LB. No trecho de um livro didático que foi estudado por Ana Lorena Santana (2023) podemos ver essa diferença.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> “Morfema” é um nome técnico da Gramática. Significa uma partícula de sentido dentro da palavra.

<sup>8</sup> Santana registrou esse trecho no livro didático “Geração Alpha Língua Portuguesa: ensino fundamental: anos finais: 9º. Ano”, de Everaldo Nogueira, Greta Marchetti e Mirella Cleto e publicado por Edições SM em 2018.

Figura 2. Trecho de livro didático – exemplo do Morfema @



2. **Morfemas o/a, a/o e o(a), a(o)** - modo para marcar representação para homem e mulher com “o” ao lado do “a”, dividido por barra ou parênteses. São morfemas semi-alfabéticos, porque usam letras alfabéticas e notações não alfabéticas. e não produzem pronúncia na norma culta.<sup>9</sup> Esse mecanismo, o Morfema @, é exclusivo da escrita. Sua disrupção ocorre por Acréscimo. Exemplos: Menino/a

Menina/o (Tópico Disruptivo)

Menino(a)

Menina(o) (Tópico Disruptivo)

Diferente do Morfema @, estes mecanismos são aplicados para substituir o fim de palavras que marcam gênero além do padrão terminado em “o” e “a”, como no padrão de acréscimo presente no par “cantor / cantora”.

### **Onde os Morfemas o/a, a/o e o(a), a(o) aparecem?**

São comuns a diversos registros, mas frequentemente como Uso Pontual.

### **Como usar os Morfemas o/a, a/o e o(a), a(o)?**

Por exemplo, num e-mail com “estimado/a professor/a” ou com “estimado(a) professor(a)”, é possível continuar usando usando, no mesmo texto, as barras e os parênteses ou fazer Uso pontual, como a maior parte das pessoas.

É ainda possível misturar as duas formas (a/o e o/a) no mesmo texto. Ou ainda as formas dos dois tipos – a/o e -o/a; o(a), a(o). Essa mistura de recursos diferentes de linguagem num único texto, podemos chamar de **Translinguagem**. Ela pode acontecer com esses dois mecanismos da mesma característica ou com eles e outros de LIG de características diferentes. Podemos ver um exemplo disso nesse trecho da tese de uma linguista brasileira não binária, Iasmin Rodrigues (Rodrigues, 2021):

<sup>9</sup> Muitas pessoas leem primeiro a palavra no masculino e depois a no feminino.

“Em tempo, veremos que as pessoas copesquisadoras são quatro pessoas: duas autodeclaradas mulheres e duas pessoas autodeclaradas homens. **Eu jogo com a maneira como me refiro a elas, às vezes no masculino genérico, como em ‘copesquisadores’, e às vezes no feminino genérico, com ‘opesquisadoras’.** É uma maneira subliminar de fazer reflexão sobre algumas estruturas de gênero praticadas língua afora. **Tal forma está presente em outras expressões da tese, como na forma que me refiro a mim mesmo, às vezes no feminino, às vezes no masculino e por tantas vezes entendendo a forma neutra como na forma ‘mesm’, sem a desinência, ou ‘mesme’, com uma desinência que se pretende nem masculina e nem feminina.** Utilizo a plasticidade inerente ao idioma para plasmar, nela, as dimensões de plasticidade de gênero que compõem todas as pessoas e que me compõem a especificidade de minha não-binaridade.” (Grifos meus)

É possível fazer Translinguagem desde que quem vai ler ou ouvir esteja em ciente, se for uma pessoa que conheça bem a LIG ou se você avisar que vai fazer essa mistura.

Esses e outros tipos compõem as maneiras de uma LIG em LB. Em outras oportunidades, socializarei mais dados acerca dessa pesquisa que desenvolvo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem sete mil línguas catalogadas, mas apenas um quarto delas apresenta marcação de gênero gramatical. Não existe algo intrínseco às línguas que demande a marcação de gênero, pois, na palavra, ela é uma construção tanto quanto é o gênero de uma pessoa. O finlandês e um húngaro, por exemplo, não têm marcação de gênero.

Já existem algumas línguas que têm mais marcações do que masculino e feminino, como o árabe clássico. Essas e outras informações nos levam a perceber que gênero numa língua é fruto de intervenções históricas e políticas. No Brasil, com a luta de pessoas dissidentes de gênero e trans que são vítimas de uma violência estrutural, é imperativo pensarmos como podemos amenizar essa violência também por meio de uma intervenção política na língua.

Para finalizar este texto, é bom lembrar que a justiça brasileira, por meio da representação em nota técnica nº 3/2022, publicada, em 20 de fevereiro de 2022, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), reconhece publicamente os investimentos políticos de interdição da linguagem inclusiva de gênero no português do Brasil como tentativas de cerceamento à “plena realização dos direitos humanos, em particular [à] ordem democrática, do estado de direito e dos direitos e garantias básicas dos cidadãos e das cidadãs”.<sup>10</sup> Esse posicionamento nos aponta para orientações legais acerca da liberdade de uso

---

<sup>10</sup> Para acesso a essa nota técnica da PFDC, basta clicar em: <https://acesse.dev/nota-PFDC>

de uma linguagem inclusiva como eixo de manutenção de uma república democrática em nosso país.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. **Como domar uma língua selvagem**. Trad. Joana Plaza Pinto; Karla Cristina dos Santos.

**Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n. 39, p. 297-309, 2009.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MELO, Iran. **Duonormatividade e linguagem**. In mimeo.

MOIRA, Amara. **Neca + 20 poemetos travessos**. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021

SANTANA, Ana Lorena dos Santos. **Representações sociais sobre a mulheridade (re)produzidas pelo discurso pedagógico do livro didático de língua portuguesa**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2023.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Journal of Women's History**, v. 15 (3), p. 11-48, 1980.

RODRIGUES, E.I Henrique Souza Rodrigues. **Uma recontextualização de discursos sobre dissidências de gênero e sexualidade**: algumas possibilidades de se fazer transformação da/na escola. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília. Brasília, 2021.<sup>11</sup>

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

VIEIRA, Helena. Introdução ao feminismo decolonial. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ixb09EHzduw>. Acesso em: 18 jun. 2024.

WARNER, Michael. Introduction: Fear of a Queer Planet. **Social Text**, v. 09 (4), p. 3-17, 1991.

---

<sup>11</sup> Esta autora hoje assina por Iasmin E. S. dos Santos Rodrigues.